



BOLETIM FUNDO CLIMA

JUNHO DE 2025

Energia renovável domina empréstimos do Fundo Clima em 2025

Nos primeiros quatro meses de 2025, o Fundo Clima registrou um maior número de contratos para a restauração florestal na Amazônia, mas um único projeto de energia eólica no Rio Grande do Norte superou em cinco vezes o valor dos sete contratos de plantio de espécies nativas. O financiamento de mais 14 usinas fotovoltaicas reforça o domínio da agenda de transição energética na distribuição de recursos da principal fonte de financiamento climático do país, como já ocorreu em 2024, quando predominaram empréstimos para a produção de etanol de milho e usinas fotovoltaicas

A parcela do Fundo Clima referente a empréstimos via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, com juros mais baixos do que os de mercado, tem autorização de gastos de ao menos R\$ 11 bilhões neste ano, provenientes em grande parte da emissão de títulos verdes no mercado internacional. Com o atraso na aprovação do Orçamento da União pelo Congresso, os recursos só foram repassados ao BNDES no final de maio e ainda não haviam começado a ser contratados até a data deste monitoramento.

A Talanoia analisou os contratos fechados pelo BNDES entre o início de janeiro e o final de abril, em planilha atualizada pelo banco no final de maio e disponibilizada no início de

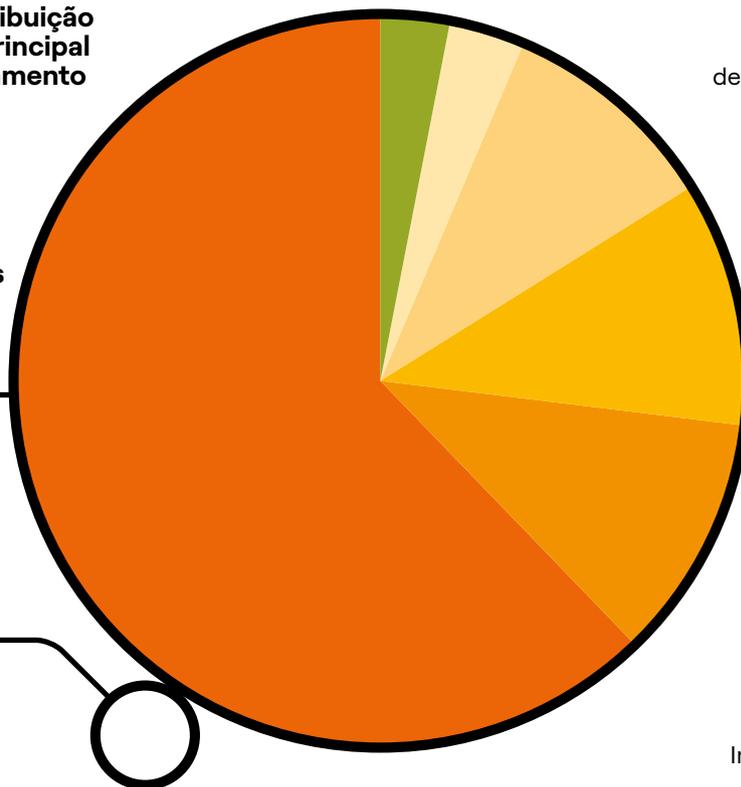
junho. No conjunto de financiamentos que somam pouco mais de R\$ 805 milhões, um único contrato com a empresa TGR Subholding, de R\$ 500 milhões, coloca a energia eólica no topo do ranking, com mais de 60% do valor dos contratos fechados no período.

O financiamento de 14 usinas fotovoltaicas nos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Bahia tomará mais R\$ 85,7 milhões do total de empréstimos contratados no período. Três contratos envolvendo usinas fotovoltaicas superam os sete contratos para o plantio de 13 mil hectares com espécies nativas na Amazônia, que totalizam R\$ 80 milhões. O maior desses contratos beneficia a empresa Mombak Angico-Branco Florestal.

GRÁFICO 1: Distribuição de recursos da principal fonte de financiamento climático do país

R\$ 805,4 milhões
em operações Não Automáticas diretas e indiretas⁽¹⁾

R\$ 18,4 milhões
em operações Automáticas⁽²⁾



R\$ 25,3 mi
Apoiar investimentos destinados a revitalização e manutenção de área

R\$ 26,4 mi
Crédito para financiamento e aquisição de máquinas e equipamentos

R\$ 80,0 mi
Restauração ecológica com plantio de espécies nativas

R\$ 85,7 mi
Implantação de usinas solares fotovoltaicas

R\$ 88,0 mi
Implantação de aterro sanitário e rede de macrodrenagem

R\$ 500,0 mi
Implantação de parques eólicos

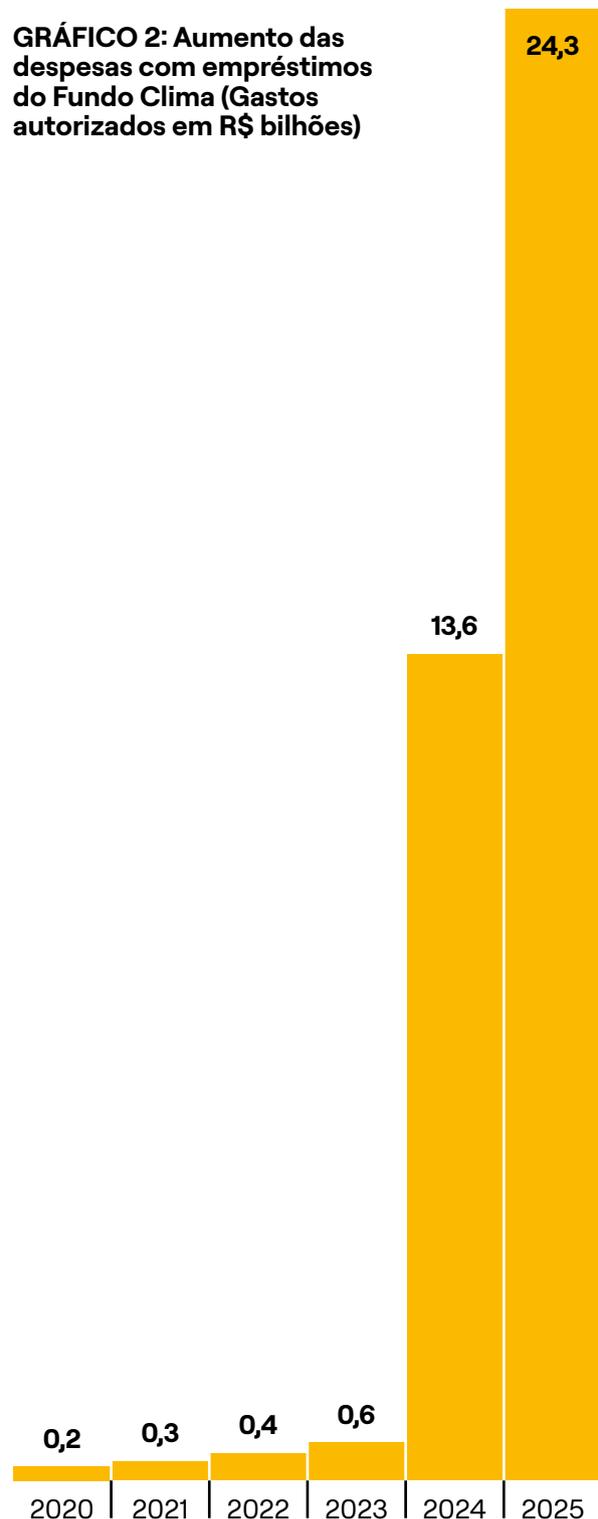
(1) Operações não automáticas, tanto diretas como indiretas (via outra instituição financeira), têm avaliação detalhada, que considera riscos e impactos socioambientais, por exemplo. (2) As operações automáticas não exigem avaliação prévia mais detalhada e envolvem valores menores

Embora a restauração florestal contribua não apenas para a mitigação das emissões de gases de efeito estufa, mas para a adaptação à mudança climática, não houve contratos específicos para adaptação nos primeiros meses de 2025. A consulta a uma outra base de dados do BNDES, de operações com a administração pública, indica a aprovação de outros seis empréstimos a prefeituras e ao Estado do Espírito Santo, ainda não oficialmente contratados.

Uma segunda fatia do Fundo Clima envolve recursos públicos para alavancar operações de crédito privado, sobretudo com participação do capital externo, chamada EcoInvest e gerida pelo Ministério da Fazenda. Está em curso um segundo leilão de recursos a instituições financeiras, com juros de 1% ao ano. Esse segundo leilão pretende financiar a recuperação de 1 milhão de hectares de pastagem degradadas no país e poderá beneficiar a produção de biocombustíveis. Um primeiro leilão de blended finance, realizado no ano passado, envolveu R\$ 6,8 bilhões de recursos públicos e alavancou mais de R\$ 44,3 bilhões, por meio de nove instituições financeiras.

O Fundo Clima é hoje a principal fonte de financiamento climático no país, com a maior parte dos recursos destinada a empréstimos ou a captação de recursos privados e estrangeiros para a agenda climática. O gráfico 2 mostra o aumento de gastos nos últimos anos, até a previsão recorde de gastos autorizados de R\$ 24,3 bilhões neste ano, valor esse que já inclui um repasse extra de R\$ 3 bilhões do Fundo Social, proveniente da exploração de petróleo.

GRÁFICO 2: Aumento das despesas com empréstimos do Fundo Clima (Gastos autorizados em R\$ bilhões)



Fonte: Siop

Considerações finais

Este primeiro monitoramento do Fundo Clima em 2025 abrange ainda um período pequeno da execução dos gastos. As planilhas de contratos são disponibilizadas pelo BNDES com contratos fechados com um certo atraso (contratos fechados até abril são disponibilizados em junho). Como dito acima, ainda não entraram nessa base de contratos os recursos públicos autorizados para 2025.

As planilhas do BNDES não indicam a expectativa de redução das emissões de gases de efeito estufa de cada projeto ou em quanto exatamente os projetos contribuem para a transição para longe dos fósseis. Até o momento, essa avaliação sobre impacto nos compromissos

internacionais (enquanto o Plano Clima, com metas mais detalhadas, ainda está em construção) é feita ao final de cada ano, pelo banco.

A avaliação dos contratos de financiamento de R\$ 10,2 bilhões aprovados em 2024 feita pelo próprio BNDES mostra que eles representarão 86,6 milhões de CO₂eq em emissões evitadas, ao custo de R\$ 117,80 por tonelada de carbono que deixará de ser lançada na atmosfera. O montante anual de emissões evitadas significaria o equivalente a 1,7% da redução das emissões com que o Brasil se comprometeu em sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) a cada ano.



institucional@institutotalanoa.org



[@institutotalanoa](https://www.instagram.com/institutotalanoa)



[Instituto Talanoa](https://www.linkedin.com/company/instituto-talanoa)